



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL LUCIANO VIEIRA

COMISSÃO DE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023.

(Do Sr. Luciano Vieira)

Requer informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima para prestar os devidos esclarecimentos de como o Governo está lidando com esses graves problemas com abastecimento de água e saneamento aos mais de 5000 municípios brasileiros, com base na Lei nº 14.026, de 15 de JULHO de 2020, prestados pelas concessionárias privadas de água e saneamento.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações abaixo ao Senhor(a) Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Com a promulgação da LEI N° 14.026, de 15 DE JULHO de 2020, foram determinadas exigências que não vêm sendo cumpridas, por empresas concessionárias. Uma dessas empresas mais criticadas por sua má gestão, é a Aegea, a qual é líder em saneamento privado no país, criada em 2010. Está presente em 178 cidades em 13 estados brasileiros, de norte a sul do Brasil, sendo eles Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo, Pará, Santa Catarina, Rondônia, Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Amazonas, Rio Grande do Sul e Ceará.

Neste sentido, solicito que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima faça os devidos esclarecimentos sobre a política de abastecimento de água e saneamento, fazendo uma apresentação de estudos e acompanhamento que vêm

Aprovado no dia 05/07/2023 às 11:55:13.311443-MESEA

RIC n.1409/2023



sendo feitos no âmbito do seu Ministério para que essa Lei nº14.026, de 2020, seja atendida nos diversos municípios brasileiros, principalmente, naqueles que tiveram privatizados seus serviços de abastecimento de água e saneamento.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Trata Brasil publicou um relatório, recentemente, com o foco nos 100 maiores municípios brasileiros, e muitos municípios mostram que ainda existe muita deficiência nos serviços prestados pelas empresas concessionárias de água e saneamento, com base em informações de 2022..

Com a promulgação da [LEI N° 14.026, de 15 DE JULHO de 2020](#), foram determinadas exigências que não vêm sendo cumpridas, por empresas concessionárias. Uma dessas empresas mais criticadas por sua má gestão, é a Aegea, a qual é líder em saneamento privado no país, criada em 2010. Está presente em 178 cidades em 13 estados brasileiros, de norte a sul do Brasil, sendo eles Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo, Pará, Santa Catarina, Rondônia, Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Amazonas, Rio Grande do Sul e Ceará.

A composição acionária da Aegea, é a seguinte: 70,72% do grupo Equipav, 19,08% do fundo soberano de Cingapura (GIC), e 10,20% da Itaúsa, com informações de 2021.

A Aegea reportou no terceiro trimestre de 2022 crescimento de receita e EBITDA, refletindo o maior volume faturado e maior receita de contraprestação das concessões, além do impacto positivo da entrada em operação das SPEs Águas do Rio 1 e 4 no quarto trimestre de 2021.

Isso mostra que tem sido um excelente negócio lucrativo para esse Grupo, e acreditamos nos demais, mas infelizmente, os investimentos necessários para abastecer a água e saneamento das 178 cidades, não têm sido satisfatórios.

Tudo isso acontece também com outras cidades que tiveram privatizados os serviços de abastecimento de água e saneamento.

Neste sentido, entrei em contato com outros deputados que representam a população de muitos desses estados, e acordamos em protocolar uma CPI para tratar desse grave problema do abastecimento de água e saneamento de muitos desses mais de 5000 municípios.



* C D 2 3 3 9 3 7 5 9 3 8 0 0 *

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2023.

AÑO DECRETO 1990577D0331115513311433-MESEA

RIC n.1409/2023

Deputado LUCIANO VIEIRA



9 780703030304